O ENSINO DE PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – relato de uma experiência. [1]

PEREIRA, Gabriela Morais (1); BATISTELLO, Paula (2)

(1) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, gabriela.pereira@udesc.br

(2) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, paula.b@udesc.br

RESUMO

O artigo apresenta a metodologia de ensino da disciplina de projeto de Habitação de Interesse Social (HIS), do curso de Arquitetura e Urbanismo da UDESC. Considerando a importância da HIS no contexto brasileiro, seus altos índices de déficit e inadequação habitacional, exigindo atuação conjunta de todas as esferas do poder e dos profissionais arquitetos e urbanistas, podemos concluir haver uma deficiência na formação acadêmica pois apenas 22% dos cursos de Arquitetura, em universidades federais, abordam a HIS de forma obrigatória. Buscando contribuir na disseminação de estratégias de ensino de HIS, no país, é apresentada uma experiência desenvolvida e aplicada a cerca de 12 anos. A metodologia adotada neste artigo, é qualitativa de caráter exploratório e aborda a discussão, reformulação e resultados alcançados na referida disciplina prática projetual. Pretende-se contribuir com uma abordagem integrada, crítica e contextualizada do tema, no ensino de HIS, considerando este como um processo complexo e multidimensional.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Ensino-aprendizagem. Projeto Arquitetônico. Metodologia de projeto.

ABSTRACT

The article presents the teaching methodology of a course on Social Housing Design (SHD) within an Architecture and Urbanism program. Given the importance of SHD in the Brazilian context—marked by high rates of housing deficit and inadequacy, which demand coordinated action from all levels of government and professionals in architecture and urbanism—it becomes evident that there is a gap in academic training. Only 22% of Architecture and Urbanism programs at federal universities include SHD as a mandatory subject. Aiming to contribute to the dissemination of SHD teaching strategies in Brazil, we present an experience that has been developed and applied over the past 12 years. The methodology adopted in this article is qualitative and exploratory in nature, focusing on the discussion, reformulation, and outcomes of a design studio course. The goal is to contribute to an integrated, critical, and contextualized approach to SHD education, recognizing it as a complex and multidimensional process.

***Keywords**: Dwelling House. Teaching-learning. Architectural Project. Project methodology.*

[1] PEREIRA, Gabriela Morais; BATISTELLO, Paula. O ENSINO DE PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: relato de uma experiência. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2025, São Paulo. **Anais**... São Paulo: FAUUSP, 2025. p. 1-9. DOI 10.46421/sbqp.v9i.7777

1 INTRODUÇÃO

A moradia é um direito garantido pelo artigo 6º da Constituição, que define em seu artigo 23º ser competência de todas as esferas do Poder, "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais" (BRASIL, 2023).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, na Resolução 21, de 5 de abril de 2012, dispõe sobre as atribuições do profissional de arquitetura e dentre todas, destaca-se aqui o item 4.4.10. Plano de Habitação de Interesse Social (CAU, 2012).

Logo, pressupõe-se a inserção da temática da Habitação de Interesse Social (HIS), na formação do profissional de modo a capacitá-lo no desenvolvimento destes projetos de forma eficaz e eficiente. Porém, ao analisar o Currículo Mínimo de Universidade Federais Brasileiras, Porangaba (2019) identificou que, de um total de 32 cursos de arquitetura, apenas 7 abordam a HIS de forma obrigatória em sua grade.

Essa constatação encontra reflexo nas avaliações dos projetos de HIS que indica haver uma má qualidade dos projetos sob vários pontos de vista, havendo um maior foco na produção em escala industrial (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015), centrada na questão quantitativa sem levar em consideração as reais necessidades dos moradores. Esta afirmação pode indicar um mal preparo do profissional da arquitetura envolvido quando se reflete sobre arquitetura a partir da visão do arquiteto Xiaodu Liu: "*Architecture is not just one thing. It is not just an art. It has to deal with the real situation; it has to do something good for the society. Architecture can provide a better life for people*" (ARCHDAILY, 2011).

Contrária a essa postura, a UDESC, considera o tema "Habitação" na grade curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, desde sua origem. Inicialmente, intitulada "Projeto do Espaço Residencial II", na reforma curricular de 2017 passa a ser nomeada "Habitação de Custo Controlado", influenciada por discussões internacionais, principalmente Portugal. Ao findar o primeiro ciclo de implantação do currículo, em 2020, assume o título "Projeto de Habitação de Interesse Social" refletindo o termo majoritário na produção acadêmica e Políticas Públicas brasileiras. Tem como ementa o "desenvolvimento de projeto de edificação residencial de interesse social: inserção de edificações como conjunto e sua relação com o ambiente urbano. Definição de soluções estéticas, contextuais, funcionais, técnicas e ambientais". Essa ementa pretende se aproximar da complexidade da HIS que "não deve ser entendida meramente como produto e sim como processo, com dimensão física, mas também como resultado de processo complexo com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos e tecnológicos" (ABIKO, 1995, p.14).

Avançando nestas questões, no formato proposto, a disciplina busca desenvolver autonomia, senso crítico e postura argumentativa nos estudantes. Tal estrutura e estratégias serão o tema deste artigo, que objetiva contribuir na disseminação de estratégias de ensino de habitação de interesse social, mais especificamente quanto à etapa de definição do partido arquitetônico a ser adotado.

2 METODOLOGIA

Com as premissas de uma investigação qualitativa de caráter exploratório, que segundo Marconi e Lakatos (2021), podem ser pesquisas bibliográficas, estudos de caso e levantamentos de campo, propõe-se a exposição da metodologia de ensino a partir das experiências construídas, ao longo da disciplina, em ateliê de projeto.

Desta forma, dividida em dois momentos – Partido Arquitetônico e Estudo Preliminar – a disciplina ocorre ao longo de 18 semanas (05 créditos semanais), totalizando 90h/aulas. Na primeira etapa, geralmente de 09 semanas, é desenvolvido o conteúdo teórico e construído o repertório projetual de referência. Na segunda etapa, o Estudo Preliminar. Ambas fases tem práticas de ateliê para o desenvolvimento do projeto, sendo a primeira etapa totalmente construída coletivamente, e a segunda etapa com assessoramentos individuais por projeto

3 A DISCIPLINA "PROJETO DE HIS"

Antes da 1ª Reforma Curricular (2017), a disciplina (localizada no 6º semestre, de um total de 10), contemplava conjuntos com unidades unifamiliares evolutivas: o projeto iniciava com 01 ou 02 quartos e deveria apresentar estratégias de ampliação para 03 quartos. A partir de algumas experiências e ao observar-se a produção pública brasileira, foi adotado o Edifício Multifamiliar como principal tipologia de projeto.

A partir de 2019 a disciplina de projeto passa a ser uma componente curricular do 5º semestre e integrada a outras 3 disciplinas – Estudos socioeconômicos, Projeto de Urbanização e Sistemas Construtivos e Conforto Ambiental. No entanto, a distribuição das disciplinas entre professores substitutos constantemente alterados trouxe alguns prejuízos ao processo e, desde 2022, a disciplina vem reincorporando alguns conteúdos. A partir de 2024 trabalha de forma aproximada com as disciplinas de Urbanização e de Sistemas e Conforto ambiental, havendo sombreamento de conteúdos e sobreposição do produto final, havendo, em ambas disciplinas, conteúdo exclusivos (não aplicados ao projeto) e complementares à entrega final.

3.1 Estruturação teórica

O foco das principais ações públicas em HIS foi a produção de novas moradias em escala industrial (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015), centrada na questão quantitativa desconsiderando as moradias carentes e precárias que cresciam em número exponencial (RUDOLFO, 2014; SAPORIT0, 2015; ALVARENGA, 2018).

O processo adotado na totalidade dos projetos de habitação é aquele em que o arquiteto recebe a demanda de projeto do empreendedor/construtora atendendo o máximo potencial construtivo e o mínimo dos requisitos de projeto, sem qualquer busca a respeito do perfil dos morados – já cadastrados como demanda desses projetos e colocados em um lugar secundário no processo.

Ao verificarmos que os principais componentes da Política Nacional de Habitação são "integração urbana de assentamentos precários, urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004, p.29) vemos o reconhecimento dos territórios ocupados e transformados pela população de baixa renda e vulnerável e a necessidade de Políticas Integradas.

Carrasco (2005) apresenta contundente crítica ao processo tradicional de projeto de HIS, afirmando haver, na maioria das vezes, análises superficiais do contexto, sendo extremamente centralizado no arquiteto e seu entendimento sobre o morar.

Assim, a disciplina parte da sensibilização ao tema onde é apresentado o panorama geral brasileiro, seus altos índices de inadequação e déficit habitacional, as precárias condições de vida das famílias pobres, uso de documentários e o impacto, para a qualidade de vida dos moradores, da adoção de quantidade *versus* qualidade do projeto de HIS, sendo discutidos os artigos supracitados e iniciada a construção de requisitos de projetos a partir de um primeiro *brainstorm* em que os alunos indicam palavras-chave de conceitos que julgam imprescindíveis ao projeto.

3.2 Escalas do projeto

A disciplina adota 3 escalas: Implantação, Bloco e Unidade Habitacional. Cada uma apresenta requisitos projetuais e elementos que deverão permear as soluções de projeto adotadas. A etapa do Partido inicia pela implantação até a unidade habitacional e na etapa do Estudo Preliminar se inverte. Cabe destacar o entendimento de cada etapa não ser estanque e nem o processo linear pois, como todo projeto de arquitetura complexo, há avanços e revisões que implicam o retorno a soluções previamente estabelecidas e que passam a não mais funcionar.

Este artigo foca no Módulo 1 (figura 1, abaixo), Partido Arquitetônico, e nas estratégias adotadas com o objetivo de construir a disciplina junto aos estudantes, por meio do compartilhar de informações e corresponsabilidade sobre a tomada de decisões. Isso pode refletir na atuação profissional mais responsável e autônoma, e na tomada de consciência sobre as implicações das decisões projetuais e complexidade do tema da HIS.

Figura 1 – Etapas de desenvolvimento da disciplina "Projeto de HIS"





Fonte: Autoras

3.3 Implantação

Nesta primeira etapa do processo há um momento de sensibilização ao tema, definição dos projetos de referência a serem estudados, divisão da turma em dupla ou trabalhos individuais e leitura do território da cidade a partir do Plano Local de Habitação. Espera-se, ao final que haja a definição do terreno para o projeto dos edifícios e o recorte urbano que contemplará projeto de urbanização.

3.3.1 Sensibilização ao tema

Inicialmente, se faz necessário desconstruir a expectativa de que tudo estará posto e eles começarão "*fazendo o projeto*". Para uma reflexão sobre o tema, há uma contextualização sobre a problemática habitacional no Brasil, são apresentados conceitos como Déficit Habitacional, Inadequação, Políticas Pública Integradas, Programas e Ações Públicas para HIS, o Plano Local de Habitação (PLHIS) e seus dados principais como as áreas de assentamentos precários e as áreas públicas que compõem o estoque de terras municipal. Atendendo às questões de ordenamento da disciplina, é discutido cronograma, dinâmicas de aula e atividades avaliativas.

A seguir, é apresentado um conjunto de projetos de referência brasileiros e internacionais, e os acadêmicos escolhem os projetos que analisarão. Esta atividade desenvolve-se ao longo da disciplina, paralelo à etapa projetual em discussão, permitindo haver repertório e possíveis soluções no momento da dúvida e criação.

3.3.2 Definindo a área de projeto e demanda

Para esta definição, realiza-se uma leitura expressa do território da cidade, sendo destacados aqueles relacionados ao PLHIS como áreas vulneráveis e banco de terras. Com esta leitura, os acadêmicos definem o bairro (ou recorte de bairros vizinhos), que será objeto de intervenção, com base, na disponibilidade de infraestrutura e serviços; proximidade das áreas de vulnerabilidade; disponibilidade de áreas livres; oferta de empregos; entre outras questões fundamentais para a definição de um local adequado para a implantação de um conjunto de HIS.

Após o mapeamento e análise dos elementos citados acima, é definido um recorte urbano para que seja realizado um levantamento detalhado. A partir de buscas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Mapa de Serviços e Oportunidades e de Serviços Públicos (MOPS), são obtidos dados sobre faixa de renda da população em questão, pessoas e famílias cadastrados no CadÚnico[2], perfil das famílias, pessoas com deficiência, perfil profissional (gênero, empregabilidade e faixa etária), faixa etária das pessoas beneficiadas, entre outros dados que possam ser relevantes. Com estes dados, espera-se que os acadêmicos consigam visualizar os possíveis usuários do conjunto de HIS. Utilizando a Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana para os empreendimentos de faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, é realizado análise e diagnóstico aprofundado quanto à inserção urbanística, de modo a ser possível propor um programa de necessidades para o conjunto e seu entorno.

Este diagnóstico é aprofundado com a integração da disciplina de urbanização, e as necessidades encontradas pluralizam-se além do que pode ser realizado no conjunto habitacional, fomentando também um programa de necessidades urbano.

Com a análise da área, há uma discussão intra-lote, com debate sobre os índices urbanísticos permitidos pela legislação de uso e ocupação do local do terreno, simulando o máximo potencial construtivo, objetivando a compreensão mercadológica. A seguir há a experimentação projetual com o lançamento de blocos volumétricos e áreas livres na implantação, para equipamentos e espaços públicos. Essas experimentações são realizadas com croquis iniciais e estudos volumétricos tridimensionais, utilizando maquetes de estudo, considerando possíveis alturas e larguras dos conjuntos. De imediato, os acadêmicos percebem que utilizando o máximo potencial construtivo, o programa de necessidades mínimo para que a população e seu entorno sejam atendidos, não é viável, e desta maneira reduz-se os índices para próximo de 80% do potencial máximo de construção.

É importante frisar que a proposta trata de um conjunto habitacional e não um condomínio que possa ser totalmente fechado, considerando áreas comuns definidas no programa de necessidades abertas a todos, por isso a preocupação em atender também o entorno. Além disso, quando conjunto, as áreas comuns devem ser mantidas por entes públicos, minimizando o ônus para os moradores.

Os estudantes são instigados a experimentar formas diferentes do volume laminar e não se admite o bloco em formato H, como estratégia para que experimentem projetos volumetricamente mais interessantes e busquem soluções menos comuns. Essas propostas são discutidas coletivamente para revisão das implantações e avanço para a escala do Bloco.

3.4 Bloco

Para a definição dos blocos, retoma-se a discussão sobre o perfil e caracterização das famílias, considerando sempre as necessidades mais importantes, para um bom convívio, e para o apoio social que necessitam. A partir das análises já realizadas, é possível definir também demandas prioritárias, para que, como solução, não sejam

[2]. Os dados do CadÚnico (https://cadunico.dataprev.gov.br/#/consultaSimples) são abertos, públicos e impessoais, não havendo impedimento perante a Lei de Proteção de dados, nº 137091/2018.

apenas blocos de moradias, mas compreendam atividades essenciais para este público, como centro comunitário, pequenos comércios, áreas de convívio, e outros.

Nesta fase é retomado a análise dos estudos de referência, com vistas a criar repertório das tipologias dos blocos e suas relações com o terreno, entorno e convívio.

A partir dessas análises e do potencial construtivo mais adequado, define-se o número total de apartamentos, atendendo uma proporção de unidades de 2 e 3 dormitórios, considerando o perfil das famílias. O perfil é adotado a partir da média de pessoas que constituem a família, com o cruzamento dos dados do Cadúnico e MOPS. Como a média se dá em famílias de até 4 pessoas, considera-se uma pequena parte de apartamentos de 3 dormitórios, exatamente para contemplar famílias que estão fora da média, mas que a constituem. Ainda se considera em aula, as possibilidades de adaptação familiar, pais/avós que precisam morar juntamente com os filhos por necessidades que podem ser bilaterais, filhos que casam, mães-solo que seguem morando com os pais. Vale ressaltar aqui, que na região proposta, o número de mães solo e chefes de família é bastante grande.

Integrado à disciplina de sistemas construtivos e com a proposta de inovação e experimentação de soluções diferentes das adotadas convencionalmente, estimula-se o uso de *wood e steel frame*. Com a discussão de racionalidade, rapidez e obra limpa, opta-se também para a não construção em sistemas tradicionais (blocos cerâmicos e estrutura de concreto), sendo vedada essa opção.

Com o apoio da disciplina integrada de Sistemas Construtivos e Conforto Ambiental, há uma maior definição do bloco a partir dos eixos estruturais definido pelo sistema construtivo adotado. Os blocos tridimensionalizados em maquetes simples, esquemáticas e volumétricas, são observados no Heliodon, e analisados quanto à insolação e as possíveis mudanças que serão necessárias, na forma do bloco, para que seja possível minimizar danos dentro dos apartamentos, e ainda priorizar as atividades de apoio social contidas na implantação. A partir dessa revisão os projetos se aproximam da escala da unidade.

3.5 Unidade Habitacional

Construído um repertório teórico sobre os conteúdos de funcionalidade, flexibilidade e acessibilidade, retorna-se aos projetos de referência para análise da unidade.

Os estudantes realizam estudo de dimensionamento a partir das atividades domésticas e da Matriz do Morar (Pereira, 2015) para identificar qual o limite para redução dimensional. É comum haver como resultado uma área maior dos ambientes que a mínima posta pela legislação. No entanto, as áreas totais das unidades são limitadas a 65m² para os apartamentos com 2 quartos e 75m² para os com 3 quartos, de maneira a haver um limite dimensional. Este, entre outros pontos como não haver 1 vaga de estacionamento por apartamento, não haver churrasqueiras nos apartamentos ou salão de festas nos prédios, são estratégias adotadas para minimizar a possível especulação imobiliárias sobre os edifícios. Essa discussão é necessária pois, via de regra, os projetos são muito bem localizados.

Sem haver redução dimensional que torne o projeto ineficiente, outras estratégias são discutidas para reduzir o custo da obra, como a racionalidade construtiva, através da modulação e da componibilidade de elementos como os fechamentos.

Neste momento, novamente é feita uma discussão coletiva para revisão do programa urbano arquitetônico, as implicações projetuais postas pelos sistemas construtivos adotados, pelas tipologias dos blocos e dos dimensionamentos definidos.

A etapa de Partido finaliza com lançamento da implantação com setorização das áreas de uso comum, consolidação do volume do bloco com os eixos estruturais e setorização para definição da tipologia das unidades habitacionais e estudo da geometria dessas unidades, sem haver a definição de uma planta baixa, desenvolvidas apenas na etapa subsequente de Estudo Preliminar.

4 RESULTADOS

Ao final da disciplina os projetos resultados são, como já comentado, bem localizados com fácil acesso a serviços e equipamentos públicos, em áreas com infraestrutura já instalada, otimizando os investimentos públicos e facilitando a promoção da inclusão social dos possíveis moradores.

Os volumes se diferem da forma H, tradicionalmente utilizados em projetos de Empreendimentos Habitacionais de HIS. Em algumas propostas surgem até mesmo projetos curvos e em formatos pouco explorados com o "Y". Essa experimentação permite discussões sobre o modo de produção da construção civil brasileira, a necessária revisão das tecnologias utilizadas, elementos de projeto como circulação de carga simples e carga dupla e suas implicações e estratégias para melhores soluções de ventilação e iluminação a partir do volume.

E por fim projetos melhor dimensionados de maneira a atender adequadamente todas as atividades domésticas de forma segura e confortável. Cabe citar que todas as unidades são projetadas para serem visitáveis (sala, quarto e banheiro acessível), considerando aspectos da NBR 9050, que trata da acessibilidade das edificações, e 3% do total se localizam no térreo de modo a atender à lei 10098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Durante o processo os discentes, ao se depararem com as dificuldades de lidar com tantas condicionantes e definições, por vezes, tentam mudar as demandas como reduzir o número de apartamentos ou o programa urbano. No entanto, como processo participativo, são levados a retomarem as razões que os levaram a decidir aquilo, aceitar e começar a ponderar o que deve ser priorizado quando não se consegue atender tudo de forma ótima. Esse processo os torna mais conscientes do real papel do projeto de HIS como estratégia de inclusão social e para além de um objeto de arquitetura, mas como meio de impacto social positivo.

5 CONCLUSÕES

A importância do tema da HIS é reconhecida para o desenho de melhores cidades e como meio de promoção de mais cidadania para as famílias pobres. Enquanto campo profissional, a arquitetura para habitação de interesse social é um mercado crescente e promissor, porém, desafiador, especialmente pela complexidade projetual, devido ao contexto econômico e social. Com isso a importância de a disciplina ser obrigatória no currículo dos cursos e que promova estratégias que construam um senso crítico nos acadêmicos quanto aos elementos envolvidos – dos

condicionantes e determinantes – passando pela função social do projeto e argumento para as decisões adotadas nos projetos.

A participação ativa dos estudantes e construção de decisões coletivas os tiram do lugar de meros espectadores para agentes críticos e autônomos do processo. Assim como os capacita a compreender a HIS como demanda de projeto de arquitetura e urbanismo de qualidade e não de estratégia econômica e resposta ao mercado.

Urge que mais universidades trabalhem o projeto de HIS, assumindo o desafio de incorporá-lo na formação dos profissionais em ações de ensino, além da extensão. Espera-se que a experiência compartilhada neste trabalho, de forma explícita e sistemática, contribua para a estruturação de novas disciplinas, em outros cursos.

AGRADECIMENTOS

Às colegas professoras amigas que construíram e constroem a disciplina, aos colegas professores que já integraram e nos trouxeram reflexões e ajustes importantes, aos monitores que estão e já estiveram e aos estudantes que abraçam a causa.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya. **Introdução a gestão habitacional**. São Paulo: Epusp. 1995.

ALVARENGA, Maria Cláudia Sousa; SILVA, Fernanda Souza; SILVA, Thiago Henrique do Amorim. **Comparativo das políticas habitacionais e a percepção da habitação de interesse social no brasil e em países da américa latina**. Artigo de revisão. 2018.

AMORE, C., SHIMBO, L., RUFINO, M. (org.). **Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Letra capital. Rio de Janeiro, 2015.

ARCHDAILY. Liu, Xiaodu. **What Can Architecture Do?.** Entrevista concedida a Irina Vinnitskaya em Setembro de 2011. Disponível em https://www.archdaily.com/168202/what-can-architecture-do-an-interview-with-xiaodu-liu. Acesso em Abril 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023].

CARRASCO, André de Oliveira. **O processo de projeto de habitação popular**. FAU/USP [Mestrado] Migue Alves Pereira (orient). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Resolução n. 21, de 5 de abril de 2012.** Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Disponível em https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/resolucao21.pdf

PEREIRA, Gabriela Morais. **Funcionalidade e qualidade dimensional na habitação**: contribuição à NBR 15.575/2013. 2015. 214 p. Tese (Doutorado) - UFSC, PosArq, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/teses/PARQ0218-T.pdf]

PORANGABA, Alexsandro T. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil.** TFAU/UFBA [Tese] Salvador, 2019.

RODULFO, María Beatriz; BOSELLI, Teresa. **Dilemas y desafíos de la política habitacional argentina desde un enfoque de derechos**. Cuadernos de Vivienda y Urbanismo, vol. 7, núm. 14, julio-noviembre, 2014, pp. 218-241.

SAPORITO, Juliana Tancini. **Análise do programa Minha Casa Minha Vida para 741 empreendimentos voltados para famílias classificadas na faixa 1 do programa**. Monografia (MBA em Economia setorial e mercados, com ênfase em Real Estate). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo São Paulo, 2015